

IDENTIDADE COLETIVA E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS APICULTORES DO ALTO TURI MARANHENSE: O CASO DA TURIMEL

Sandro Pereira Silva*

1 INTRODUÇÃO

A região do Alto Turi maranhense está localizada predominantemente no ecossistema floresta, com alguma presença também do cerrado. Todo o seu perímetro encontra-se na chamada Amazônia maranhense, região de floresta influenciada pelo rio Turiaçu, que nasce na própria região, na serra da Desordem. Os municípios que a compõem atualmente são: Araguañã, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, além de outros municípios vizinhos que compõem a microrregião do Pindaré. A extensão territorial total do Alto Turi maranhense é de 8.185km² e sua população de aproximadamente 120 mil habitantes.

A economia de seu território se pauta fortemente em produtos agropecuários, com ênfase no extrativismo e beneficiamento madeireiro, agricultura de produtos alimentícios básicos e no incremento de pastagens destinadas à criação de gado de grande porte. Os municípios apresentam também indicadores sociais muito preocupantes, com altos índices de pobreza e analfabetismo.

Uma das características marcantes desse território é o grande número de propriedades baseadas na agricultura familiar camponesa. Essas famílias se instalaram na região principalmente a partir dos anos 1950, e o fluxo de migração e ocupação das terras da região se aprofundou com os projetos de colonização levados a cabo pelos governos estadual e federal. Esse processo gerou uma série de conflitos na região, sobretudo devido às constantes disputas por terra. Além disso, a infraestrutura precária e a baixa aptidão das terras para a agricultura acarretaram dificuldades de sobrevivência para essas famílias, que tiveram de buscar ao longo do tempo diferentes estratégias de sobrevivência.

A partir da segunda metade dos anos 1990, os agricultores familiares iniciaram uma experiência com a atividade apícola em suas propriedades. Essas experiências, com o auxílio de parcerias e das organizações sociais envolvidas foram, ao longo do tempo, alcançando bons resultados e conquistando cada vez mais adeptos. Como consequência, foi constituída em 1998 a Associação dos Apicultores do Alto Turi (Turimel), que se tornou o principal instrumento agregador dos colonos do Alto Turi em torno de uma atividade produtiva coletiva que pudesse mudar a realidade da região.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória e os determinantes da ação coletiva de agricultores familiares na região do Alto Turi em torno de uma atividade produtiva até então pouco difundida na região, a apicultura. Por meio do associativismo conseguiu-se caracterizá-la como um mecanismo viável de geração de renda e ocupação para as famílias locais.

2 COLONIZAÇÃO, POVOAMENTO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO COLONO NO ALTO TURI

O projeto de povoamento do Maranhão, de acordo com Manhães (1987, p. 176), foi pensado inicialmente com a finalidade de ordenar e planejar a ocupação dos vales úmidos do estado em vista de não ser “aconselhável” a colonização espontânea e auto-organizada pelas populações formadas por migrantes expulsos de outras regiões. Porém, a ampla disponibilidade de terras não foi impeditivo para uma série de conflitos desde os anos 1970, quando se iniciaram os diversos programas de colonização oficial.

A colonização da área referente à região do Alto Turi resultou no Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT). O projeto tem sua história associada aos planejamentos realizados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em sua primeira fase de atuação, quando defendia a *colonização dirigida* no Maranhão como uma das alternativas para solucionar os problemas agrários e demográficos do Nordeste.¹ Ela estava inserida no contexto geral dos demais projetos de colonização no Brasil a partir dos anos 1950, que convergiam com o propósito de expansão capitalista no campo sem alterar as estruturas de poder consolidadas, processo esse denominado na literatura *modernização conservadora*.

Em 1964 iniciou-se o processo de nucleamento do PCAT, sob o comando da Sudene. Esse processo, da maneira como se deu, foi fundamental na determinação da identidade territorial do Alto Turi, pois delimitou, de maneira arbitrária, não apenas as determinações para a ocupação da área, mas também a organização social, econômica e política de seus municípios.

As terras que formavam o perímetro do Alto Turi faziam parte das chamadas “terras livres” do Maranhão. A primeira forma de colonização se caracterizou pelo estabelecimento de famílias migrantes, de origem camponesa, com seus próprios recursos e por livre iniciativa, muitas delas atraídas pelas terras devolutas e pela abertura da BR-316, a estrada Maranhão-Pará, que facilitava o deslocamento. A atividade agrícola dessas famílias baseava-se quase que estritamente em uma economia de subsistência. Previa-se a construção de infraestrutura necessária para um contingente de duzentas mil pessoas.

No entanto, a grilagem de terras, que ocorreu tanto em consequência da expulsão imediata dos pequenos produtores quanto por meio da instituição de uma cobrança de renda da terra (que por sinal se tornou prática comum no Alto Turi na década de 1960), foi um grande entrave para o processo de colonização da região, além de ser causadora constante de tensões. A concentração de terras decorrente da incorporação fraudulenta foi acompanhada diretamente pelo avanço da pecuária (Jatobá, 1978).

Em conjunto com uma série de outras dificuldades que foram surgindo ao longo da década, inclusive financeiras, a Sudene se viu obrigada a replanejar o processo em curso de *colonização dirigida*. Para isso, buscou o apoio de diversas organizações internacionais. É nesse processo que surge a criação da Companhia de Colonização do Nordeste (Colone), empresa

1. Para Musumeci (1988), *colonização dirigida* é o processo de assentamento de lavradores por iniciativa estatal ou paraestatal.

mista subsidiária da Sudene, que passou a ser a executora do PCAT. As famílias possuíam o reconhecimento do direito de posse do lote por parte da Colone, registrado através de uma *Carta de Anuência*. No entanto, a questão da titulação definitiva das propriedades permanecia como um ponto de uma batalha política sem resolução, embora tenha sido recorrentemente objeto de promessas nos períodos eleitorais.

A legitimação institucional que garantia à Colone o controle territorial vem de seu poder de neutralização do conflito por via da regularização fundiária na região, o que lhe permitia a cooptação com a distribuição de lotes, que dava aos colonos a sensação de sossego, de ser dono de seu lugar, gerando assim uma presunção de segurança jurídica. Porém, a Colone manteve seu controle apenas frente aos colonos migrantes pobres, enquanto os grandes fazendeiros e pecuaristas que se inseriram na região por meio de fraudes e grilagem de terra ficaram imunes ao alcance de seus instrumentos institucionais (Jatobá, 1978).

Em termos de estratégia de desenvolvimento e dinamização econômica, estava prevista como meta fundamental no âmbito do PCAT a formação da Cooperativa Mista do Alto Turi Ltda. (Comalta), com apoio e financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A Comalta foi, portanto, a primeira experiência de cooperativismo no território, porém, conduzida de forma autoritária e centralizadora dentro da lógica da *colonização dirigida*.

No entanto, a experiência da Comalta foi extremamente negativa para o cooperativismo na região. Além de ter sido uma imposição de cima para baixo aos colonos, havia uma relação explícita de dependência e subordinação (financeira e administrativa) de toda a sua diretoria com relação à Colone, que controlava de fato as ações da cooperativa. Essa estratégia era parte da proposta inicial de *colonização dirigida*.

Por outro lado, os colonos criaram ao longo do tempo suas estratégias de resistência. No início dos anos 1980 houve uma mobilização de grupos de colonos na tentativa de tomar o controle da Comalta e mantê-la livre das imposições da Colone, procurando fortalecê-la através de novos projetos, fazendo reuniões nos núcleos e quadras do PCAT. Embora a Colone tenha conseguido manter o controle, essa mobilização social representou uma importante forma de exercício da cidadania para os colonos. Outras lutas surgiram conjuntamente no território, como a luta dos colonos pela titulação de suas terras.

Todos esses campos simbólicos de disputa propiciaram o fortalecimento dos laços de identidade entre os colonos e a consciência de seus direitos e suas reivindicações, chegando, inclusive, a engajá-los numa disputa mais ampla por democracia, envolvendo-os na campanha das *Diretas Já*, em 1984. Grupos da Igreja Católica, como as Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram importantes catalisadores dessa energia social coletiva entre os agricultores familiares locais.

Após uma série de problemas administrativos e sucessivas manifestações de descontentamento dos agricultores do Alto Turi, a Colone foi extinta pelo Decreto nº 2.646, de 1998. Parte de suas terras foi repassada, em junho de 2005, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a realização de projetos de assentamento.

Portanto, mesmo com toda a conjuntura de forças extremamente desfavorável, essas mobilizações despontadas sobretudo a partir dos anos 1980, embora pouco significativas em termos de resultados alcançados, foram muito importantes no sentido de introduzir no contexto social do território um embrião de organização social, que vai ter reflexo direto na organização dos apicultores a partir da década seguinte. Tais mobilizações podem ser caracte-

rizadas como processos educacionais de aprendizagem coletiva, os quais tiveram importância fundamental na formação da identidade territorial dos colonos. Para Manhães (1987), esses processos transformaram os colonos do Alto Turi de produtores passivos e dependentes de relações assistencialistas e paternalistas em sujeitos ativos e preparados para participar das decisões envolvendo a formação, a consolidação e o desenvolvimento de seu território.

3 A CRIAÇÃO DA TURIMEL

Com base na descrição do tópico anterior, pode-se ver que a formação da identidade territorial do Alto Turi ocorreu sob diversas formas de conflito, em que a propriedade e o uso da terra estavam sempre no centro. O fato de os colonos não conseguirem a posse definitiva das terras onde moravam e produziam aumentou o estado de fragilidade em que eles se encontravam, uma vez que era praticamente nula a possibilidade de conseguirem crédito, o que limitava as possibilidades de desenvolvimento das atividades em suas unidades familiares de produção. Aliada a isso, a baixa fertilidade do solo dificultava uma maior diversificação produtiva nas propriedades e, conseqüentemente, a capacidade de geração de bens de troca por parte das famílias.

Essas dificuldades iniciais fizeram com que parte considerável dos primeiros colonos desistisse de levar adiante a atividade agrícola em suas propriedades, sendo forçados a vender ou arrendá-las aos fazendeiros mais capitalizados, que aos poucos iam aumentando suas posses para a criação de gado. A introdução da pecuária extensiva intensificou ainda mais as relações de conflito na região, seja em termos de disputas por terras seja pelos problemas advindos das queimadas para a formação de pasto para o gado.

Como a atividade extensiva da pecuária não se caracteriza como atividade típica da agricultura familiar, uma vez que exige maiores extensões de terras para a formação de pastagens, os agricultores familiares da região precisavam encontrar outras atividades que lhes garantissem a renda necessária à sua reprodução social. Além disso, a atividade pecuária estava muito ligada à prática da queimada, que destruía a paisagem natural das florestas pré-amazônicas, grande patrimônio da região.

Como resultado dessa situação, em 1989 os agricultores familiares se organizaram em um movimento contra a expansão da pecuária. No cerne desse movimento, havia entre eles o reconhecimento da importância de se unirem em busca de soluções para enfrentar o problema da pobreza e da concentração fundiária que era comum a todos. O desafio que despontava era o de encontrar alternativas de geração de renda suficiente para evitar que os colonos deixassem suas terras ou que continuassem com culturas agrícolas à base de queimadas, que ameaçavam destruir o patrimônio natural da região (Sebrae, 2006).

Foi nesse contexto que surgiu um novo impulso para a atividade apícola na região. A ideia partiu de um grupo inicial formado por um religioso, o padre José Ribamar Abas Filho, e quatro agricultores locais que pertenciam à CPT, na Diocese de Santa Luzia do Paruá, município a oeste do Maranhão, a 391 quilômetros de São Luís. Pelo seu pioneirismo na difusão da apicultura entre os colonos da região, esse grupo é conhecido atualmente como “Grupo Alvissareiro”.

Para o início das atividades, o grupo contou com recursos da cota diocesana e também de doações de Organizações não Governamentais (ONGs) internacionais à CPT, que adquiriu “cinquenta caixas para as colmeias, uma centrífuga, uma mesa desoperculadora pequena e um cilindro de alveolar cera, com um custo em torno de R\$ 2.500,00” (informação colhida

com Vicente Paiva, atual presidente da Associação). Como eles não contavam com um local mais apropriado, foi utilizado o quintal da casa paroquial como oficina para a confecção própria das colmeias e também para a extração do mel. As famílias que iam se integrando recebiam as colmeias gratuitamente, com o dever de retribuir o investimento com 50% da produção de mel, de forma que a atividade ia se refinanciando, com o trabalho na oficina sendo organizado em parceria.

A disseminação dessa nova atividade e o conhecimento técnico necessário para sua operacionalização ocorreu, de início, com base nas relações sociais de vizinhança que já aconteciam no próprio ambiente da paróquia de Santa Luzia do Paruá. O espaço paroquial consistia então em um lócus privilegiado para a ação coletiva entre os agricultores, pois a mobilização decorrente das atividades religiosas possibilitava maior proximidade e sentido de comunidade entre os colonos, propiciando a formação de um circuito informativo entre eles. Era nesse ambiente que se iniciavam todos os processos de mobilização e reivindicação dos colonos, inclusive a própria organização sindical.

No primeiro ano os resultados foram pouco significativos. A produção ficou em torno de 63 quilos de mel, muito pouco para a geração de uma renda considerável para as famílias envolvidas. Embora esse resultado já fosse esperado pelo próprio Grupo Alvissareiro, as dificuldades existentes e a falta de apoio geravam uma maior desconfiança entre os colonos quanto à possibilidade de aumentar a produção de forma a viabilizar a apicultura entre eles, o que se configurava em um entrave a mais para o trabalho do grupo. Além disso, existia também a resistência de parte significativa dos colonos que, por desconhecimento, temiam que a apicultura pudesse trazer outros problemas para as demais atividades agrícolas em suas propriedades.

Em que pese esse conjunto de dificuldades, o grupo inicial manteve-se firme na sua proposta. Por intermédio da CPT, os colonos conseguiram estabelecer contatos com apicultores de outros estados para intercâmbio e troca de experiências. Para viabilizar a comercialização do mel produzido, a Diocese de Santa Luzia do Paruá comprava a produção inicial dos colonos e dividia o mel adquirido entre as paróquias, para que elas revendessem em pequenas quantidades nas festividades e eventos que cada uma organizava, ou então de forma direta para os consumidores, seja nas próprias paróquias ou em feiras livres municipais.

À medida que a apicultura ia se tornando mais popular entre os colonos, o grupo partiu então para um segundo estágio do projeto, que consistia na organização das famílias envolvidas por meio do associativismo, como forma de criar uma nova institucionalidade que as auxiliasse na busca por melhores condições para o desenvolvimento da atividade apícola. Com isso, foi constituída no dia 2 de fevereiro de 1998, a Turimel, contando inicialmente com 22 associados.²

Com o passar do tempo, os colonos foram cada vez mais adquirindo maior conhecimento técnico concernente à atividade apícola, conhecimento esse que era socializado entre eles por meio das relações de proximidade que possuíam. Essas relações foram se fortalecendo em torno da apicultura e favoreceram para que a atividade se popularizasse cada vez mais entre os agricultores da região. À medida que se expandia o trabalho apícola entre os colonos, somando-se aos conhecimentos que eles iam adquirindo, começou a se disseminar em todo o território uma nova mentalidade quanto à relação entre os colonos

2. Além de Santa Luzia do Paruá, foram envolvidas também as comunidades de Pedro do Rosário, Café da Mata, Maranhãozinho e Junco do Maranhão.

e a paisagem natural que, no caso do Alto Turi, era o principal fator de vantagem competitiva para a viabilidade da apicultura. Ou seja, a valorização da floresta e das matas nativas deixou de ser apenas um imperativo ambiental, passando a ser também econômico e social, e foi ganhando importância maior quanto mais agricultores começavam a empreender na atividade. Os apicultores entrevistados ressaltaram essa importância que a consolidação da atividade apícola teve na recuperação e preservação da paisagem natural pré-amazônica da região, ao pontuarem como fator ilustrativo o fim da prática de queimadas entre os agricultores, inclusive aqueles que não exercem a apicultura.

Esse avanço da atividade possibilitou à Turimel adquirir, em 1999, um terreno próprio em Santa Luzia do Paruá, e lá foi instalado um galpão para a construção de colmeias, assim desativando-se a antiga marcenaria no fundo da igreja. Após a construção, a Turimel conseguiu adquirir outro terreno nos fundos da própria oficina para o estabelecimento de sua sede em 2000. Os recursos para isso foram conseguidos via CPT, por intermédio de um convênio com a Mani Tese, uma ONG italiana ligada à Igreja Católica.

Em 2002 ocorreu a primeira operação comercial conjunta da Turimel para uma empresa privada do Pará. O contato inicial foi feito em uma feira de São Luís com o proprietário de uma empresa de fracionamento de mel, incubada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que já comprava mel de associações no Piauí. A primeira venda foi de 220 quilos de mel, nesse mesmo ano, como forma de experiência. No ano seguinte, o montante negociado chegou a dez toneladas, e a compra passou a ser anual, até 2005.

Para auxiliar no assessoramento técnico nas diversas etapas da cadeia produtiva (produção, beneficiamento e comercialização dos produtos), a Turimel buscou estabelecer parcerias estratégicas com outras organizações, uma vez que, segundo seu presidente, não contavam com nenhum apoio governamental até então, seja no âmbito estadual ou municipal. Foi então que conseguiram uma aproximação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 2002, que já desenvolvia um trabalho de reconhecida importância junto aos apicultores do sertão do Piauí.

Outro fator que permitiu um grande impulso para a consolidação da apicultura na região foi o aumento do preço do mel no mercado, tornando-se bastante atrativo para os apicultores e exportadores. Esse fato, influenciado por maior demanda internacional, sobretudo por parte da China, acarretou um aumento substancial da procura pelo produto na região por outras empresas. Consequentemente, um número cada vez maior entre os agricultores que ainda não haviam se inserido na atividade passou a se interessar. Como a Turimel era a principal referência, aumentou bastante o número de famílias que se ligaram à associação.

Os resultados positivos auferidos pela atuação da Turimel na região do Alto Turi derivam do próprio trabalho organizado dos colonos que foram se agrupando ao longo do processo ao Grupo Alviessareiro. Toda a mobilização e difusão da ideia inicial se deram a partir das próprias organizações criadas e mantidas por eles mesmos, como os grupos ligados à igreja e os sindicatos de trabalhadores rurais, sem nenhum apoio adicional mais substantivo nos primeiros anos, seja governamental ou privado.

Pelos relatos dos próprios apicultores, a maioria dos produtores do Alto Turi trabalha com um número de colmeias superior a trinta, chegando a uma média em torno de cem colmeias por produtor. A produção média chega a quarenta quilos por colmeia, superando a casa dos mil quilos de mel por ano por unidade familiar de produção. A receita monetária bruta varia com o preço de mercado do mel, mas os produtores afirmam ser esta a

principal atividade em termos de ganhos monetários na região no campo da agricultura familiar na atualidade.³ Embora o mel seja seu principal produto, a cadeia produtiva da apicultura fornece grande quantidade de derivados que podem ser aproveitados de acordo com a gestão da propriedade ou empreendimento responsável, tais como: própolis, cera e geleia real, entre outros.

É bom deixar claro que a apicultura não é a única atividade entre os colonos do Alto Turi, ela é uma das atividades que compõem o sistema produtivo da unidade familiar de produção, juntamente com outras culturas agrícolas de subsistência (frutas, hortaliças, feijão, mandioca etc.), produção de leite, suínos e aves, entre outras. Cada unidade se organiza e planeja a diversificação de sua produção em função da força de trabalho disponível e dos recursos financeiros que consegue mobilizar (próprios ou de terceiros).

Durante a fase da coleta e extração do mel, os colonos precisam contar com força de trabalho externa.⁴ A coleta é realizada com intervalos de tempo que variam entre oito e vinte dias, dependendo do estágio em que se encontra o enxame no planejamento produtivo da unidade. Nessa etapa do processo produtivo, os colonos associados utilizam a forma de trabalho solidário conhecido como “troca de dias”, ou seja, durante alguns dias uma ou mais pessoas (ou famílias) auxiliam outra família na colheita de mel em sua propriedade; essa família, por sua vez, retribui esse trabalho da mesma forma, já que essa é uma demanda comum a todos.

Em 2004, a Turimel conseguiu o Selo de Inspeção Federal (SIF),⁵ que permitiu à associação a comercialização do produto processado em suas instalações para outros estados do Brasil. Já em 2005, setenta apicultores passaram a produzir mel orgânico, certificado pelo Instituto de Biodinâmica (IBD), cujo valor de mercado era superior ao mel tradicional. Toda essa evolução da atividade passou a ser sentida pela melhoria das condições de vida das famílias:

Nos primórdios do trabalho, nos idos de 1993, eram apenas cinco apicultores. Em 2003 eram 433 e, em 2005, chegaram a 712. Se no início havia apenas cinco colméias, em 2005 eram 11 mil produzindo mel. A produção que, em 1993, era de 63 quilos, passou para 610 mil quilos em 2005, sendo 95% dela exportada. Isso provocou a melhoria da renda média mensal das famílias locais, que chegou a R\$ 450,00, quando, antes, era inferior a um salário mínimo. Em lugar de casas de taipa, cobertas de palha, os apicultores construíram novas residências de alvenaria, cobertas de telha e adquiriam bens de consumo, como eletrodomésticos, motos, casa de mel e até veículos (Sebrae, 2006, p. 8).

As informações coletadas permitem dizer que a atuação da Turimel possibilitou uma redefinição de modo a viabilizar a unidade familiar de produção agrícola no território. Como resultado, conseguiu-se estancar o processo de êxodo rural e venda dos lotes pelos colonos antigos e novos. Além disso, muitos colonos que não tinham outra opção a não ser se aventurar nos garimpos de regiões próximas, se sujeitando a condições altamente degradantes de trabalho, sem nenhum amparo quanto à legislação trabalhista, puderam retornar para trabalhar em suas propriedades.

3. Conforme os relatos dos entrevistados, o preço do quilo de mel à época da pesquisa estava em torno de R\$3,00, o que geraria uma receita monetária bruta mensal média de R\$1.000,00 com um custo de produção declarado por eles mesmos em R\$1,60. Não foi objetivo deste trabalho problematizar os itens que eles levavam em conta para declarar esse valor de custo.

4. A colheita e a extração são feitas no período de setembro a dezembro de cada ano, período pós-chuva.

5. Selo de qualidade emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para demonstrar que o produto está de acordo com as condições de higiene e sanitárias.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o novo cenário possibilitou a consolidação da apicultura na região, com progressiva melhoria das condições de vida das famílias envolvidas, também trouxe novos desafios para o trabalho associativo dos apicultores. O primeiro deles está diretamente ligado ao aumento substancial em um curto intervalo de tempo do interesse de outros apicultores em se associarem à Turimel, mesmo que de forma indireta. O grupo havia crescido e a associação viu seu quadro social se expandir consideravelmente. Como a ideia inicial não era criar um grupo seletivo que se apropriasse das possibilidades econômicas que a apicultura poderia trazer para a região, e sim abrir as portas para o máximo possível de colonos que acreditassem e desejassem se empenhar nessa atividade, tal situação demandava uma nova estratégia de gestão. Já que o simples aumento do número de associados se mostrou inviável, foi então que o grupo dirigente, à época, decidiu pela descentralização da associação em vários grupos autônomos, cada um em sua comunidade ou município. A Turimel passou a ser então uma central, que auxiliava na constituição das outras associações, tanto nos processos formativos quanto nos burocráticos (ata de constituição, estatuto, regimento interno etc.). Atualmente já são pelo menos nove associações de apicultores na região ligadas à Turimel.

O segundo grande desafio é resultante da competição no interior da própria cadeia produtiva da apicultura. Esse desafio específico pode ser ilustrado em dois casos intimamente ligados. O primeiro deles foi que, por volta de 2004, surgiram na região algumas empresas produtoras e exportadoras de mel que pagavam aos apicultores R\$0,20 a mais do que o pago pela Turimel por quilo de mel comercializado. Enquanto a Turimel pagava R\$ 4,80 por quilo de mel aos associados parceiros, que já era considerado um preço altamente atrativo, “as empresas concorrentes pagavam R\$5,00, buscando o produto no local de fornecimento” (Edilene Pereira Sousa, secretária administrativo-financeira da Turimel, *apud* Sebrae, 2006, p. 8). Esse processo de aliciamento dos produtores é popularmente chamado pelos associados de “pilhagem”. Ao negociarem diretamente com os produtores, passando por fora das negociações coletivas da Turimel, as empresas buscavam fidelizar esses produtores de forma a terem garantido o volume de produção necessário para maximizar seus ganhos enquanto o preço do mel estivesse atrativo.

Como essas empresas não eram do Maranhão, o mel que eles coletavam ou compravam dos outros apicultores na região do Alto Turi era beneficiado e comercializado como sendo produto dos estados dessas empresas, principalmente Ceará e Piauí.

Mas a Turimel não conviveu nesses últimos anos apenas com conflitos no âmbito externo, a associação viveu também conflitos de ordem interna, principalmente no campo político-administrativo. Por problemas de gestão, a Turimel perdeu sua inscrição do SIF em 2008, o que a deixou impossibilitada de comercializar diretamente para outros estados da federação. Permaneceu apenas com a inscrição estadual de comercialização. De acordo com a diretoria atual, há toda uma mobilização para reverter essa situação e todas as exigências para a adequação das unidades de processamento dos produtos feitas pelo Mapa, órgão responsável pela fiscalização agropecuária, já foram cumpridas, mas ainda não houve retorno.

Apesar de todos esses desafios, os anos recentes também trouxeram boas notícias para a Turimel. Em 2006 ela obteve uma importante conquista, que foi a aprovação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dos recursos para o financiamento do Projeto de Implantação do Centro de Tecnologia Apícola do Estado do Maranhão, a ser construído em Santa Luzia do Paruá, em terreno limítrofe às instalações da sede da associação. Além das instalações do centro tecnológico, cujo principal objetivo

é garantir uma infraestrutura adequada para a capacitação dos apicultores familiares da região, também consta do projeto inicial a construção de cinco casas de extração de mel nas comunidades apicultoras.

4 CONCLUSÃO

Verificou-se, com base na discussão apresentada, que o associativismo levado a cabo pelos colonos do Alto Turi para viabilizar a apicultura foi uma ação de grande importância para o desenvolvimento sustentável na região. A organização da atividade apícola propiciou um remodelamento das unidades familiares de produção, que aliou respeito e proteção do meio ambiente, imprescindível para o bom desenvolvimento da apicultura, com geração de renda e ocupação para as famílias. A Turimel, desde sua constituição, foi a peça-chave nesse processo, o canal responsável tanto pela disseminação das informações de que os colonos necessitavam para se inserir na apicultura por meio das redes sociais de que dispunham (sobretudo o trabalho pastoral e sindical), como foi também o instrumento para o beneficiamento e comercialização da produção.

Conclui-se ainda que a construção histórica da identidade territorial do colono do Alto Turi maranhense foi fundamental para propiciar o ambiente necessário para a ação coletiva. Essa identidade foi construída ao longo do tempo, em um cenário de constantes conflitos econômicos e políticos, incertezas jurídicas e dificuldades de sobrevivência, que somente se rompeu a partir de uma prática autônoma de associativismo entre os atores historicamente marginalizados na região.

REFERÊNCIAS

JATOBÁ, J. **Dinâmica populacional e econômica na pré-amazônia maranhense**: a fronteira de recursos e a colonização do Alto Turi, 1978. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A21.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MANHÃES, L. C. S. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida do Alto Turi maranhense - 1962/1984**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. São Paulo: ANPOCS, 1988.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Histórias de sucesso**: agronegócios: apicultura. Brasília: Sebrae, 2006.